

# AS COTAS NO CURSO DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Tarcília Fernandes Nascimento<sup>1</sup>

Luiz Antonio Belletti Rodrigues<sup>2</sup>

## Resumo

O presente artigo analisa a política de cotas no curso de Medicina da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A escolha da instituição deveu-se ao fato de se tratar da universidade que recebeu a responsabilidade de inaugurar a política no Brasil, estando sob as críticas e polêmicas desde os primeiros momentos. O curso foi escolhido por ser de alto prestígio social, historicamente ocupado pelas elites, e com grau de dificuldade de entrada muito acentuado. O interesse por descobrir como esta política é encarada em um curso com estas características foi o motor propulsor desta pesquisa. Pretendeu-se descobrir quem são os alunos beneficiários deste programa, atentando para suas características socioeconômicas e de desempenho escolar. Buscou também compreender como são dadas as relações destes alunos, entre eles, entre os demais estudantes, professores e a vida universitária. A metodologia do trabalho de pesquisa partiu da análise de documentos e de pesquisa de campo. Foram analisadas as atas do Conselho Superior da Uerj (Consun), as leis nacionais e estaduais e o banco de dados estatísticos da Uerj, o DataUerj. Foram realizadas também entrevistas com alunos cotistas e não cotistas do curso, sobre o que se refere às percepções destes atores sobre a política analisada. O referencial teórico discute conceitos sobre credencialismo, meritocracia e espaços subordinados.

**Palavras Chave:** Cotas. Ações afirmativas. Credencialismo.

## Quotas in the Medicine course at the State University of Rio de Janeiro.

## Abstract

This article analyzes the quota policy in Brazilian universities, using the case of the State University of Rio de Janeiro and especially the university medical course. The choice of the institution was due to the fact that it is the university that was given the responsibility to inaugurate the policy in Brazil, being under criticism and controversy from the first moments and currently undergoing an attempt to reverse this policy by state legislature. The course was chosen for being of high social prestige, historically populated by the elites, and with a very high degree of entry difficulty. The interest in finding out how this policy is viewed in a course with these characteristics was the driving force of this research. It was intended to find out who are the beneficiary students of this program, paying attention to their socioeconomic and cultural characteristics. It also sought to understand how these students' relationships are given, among themselves, among other students, teachers and university life. The research work methodology was based on

---

<sup>1</sup> possui licenciatura e bacharelado em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestrado em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e é doutoranda em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista Capes. E-mail: [tarciliafn1@gmail.com](mailto:tarciliafn1@gmail.com)

<sup>2</sup> possui licenciatura e mestrado em história pela Universidade Federal de Juiz de Fora e é doutorando em história pela mesma universidade, bolsista Capes. E-mail: [luizbelletti@hotmail.com](mailto:luizbelletti@hotmail.com)

As cotas no curso de medicina da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

document analysis and field research. The minutes of the UERJ Superior Council (Consun), national and state laws and UERJ's statistical database, DataUerj, were analyzed. Interviews were also conducted with quota students and non-quota students of the course, regarding the perceptions of these actors about the policy analyzed. The theoretical framework discusses concepts about credentialism, meritocracy and subordinate spaces.

**Keywords:** Quotas. Affirmative actions. Credentialism.

## Introdução

Desde o início dos anos 200 o Brasil experimentou uma nova configuração nos cursos de ensino superior. Uma série de políticas<sup>3</sup> que tentaram ampliar o acesso introduziu um perfil de estudante que não era encontrado nas universidades públicas e privadas mais concorridas do país. As políticas de ações afirmativas são destacadas pelas polêmicas, convergindo críticas e defesas apaixonadas. Popularizadas no Brasil como cotas, estas são políticas que beneficiam grupos desfavorecidos na distribuição de recursos escassos, como empregos públicos, vagas em universidades, serviços públicos e representação política (MORAES SILVA, 2006). No ensino superior, estas políticas beneficiam estudantes pertencentes a grupos étnicos e socioeconômicos desfavorecidos, através do sistema de reserva de vagas.

As políticas de ação afirmativa seriam voltadas à democratização do acesso a espaços fundamentais ao exercício da cidadania, por parte de populações com históricos de discriminação e/ou exclusão que, na ausência deste tipo de política, não teriam acesso a estes espaços. Dos ambientes a serem democratizados destaca-se, principalmente, o acesso à educação, com especial destaque para o Ensino Superior, considerando que este abre possibilidades de seu portador se colocar no mercado de trabalho de maneira mais favorável. Para tanto, as ações afirmativas podem assumir várias formas, desde ações voluntárias de iniciativa privada até programas governamentais, sustentados por leis ou decisões jurídicas. Em tese, estas políticas visam prover condições para que todos os segmentos da sociedade possam competir com um mínimo de igualdade e justiça para a conquista de espaços escassos que têm como sua principal característica a possibilidade de gerar renda e prestígio a seus ocupantes.

No Brasil houve uma tendência de considerar os fatores socioeconômicos, em detrimento de um discurso baseado na ideia de reparação de um passado escravista na definição das políticas de Ação Afirmativa. Isso decorre de um intenso debate na sociedade brasileira, que tendeu a ser mais simpática às cotas sociais, priorizando a situação socioeconômica dos candidatos para o ingresso na universidade pública. Como saída a este impasse, o que podemos perceber é a adoção de um modelo híbrido que considera a determinação socioeconômica sem deixar de considerar o fator raça, já que a maioria dos projetos propostos conta com a reserva de um percentual de vagas a serem

---

<sup>3</sup> Ações Afirmativas, Fies, Prouni e Sisu.

ocupadas por estudantes negros e indígenas.

A pouca diversidade étnica e socioeconômica entre os estudantes universitários está representada nos dados do Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), que mostra que, embora 85% dos concluintes do ensino médio fossem oriundos do sistema público de ensino entre 2006 e 2008, apenas 57% dos indivíduos que ingressaram nos cursos de graduação no Brasil nesse período provinham do ensino médio público. Isto é: os 15% de estudantes oriundos de escolas privadas ocupavam quase 50% das vagas nas universidades públicas brasileiras. Os 85% dos estudantes das escolas públicas se distribuíam entre os 57% das vagas restantes no ensino superior público, ou optavam por instituições privadas, ou simplesmente davam por terminados os estudos naquele nível de ensino.

Quando se trata de cursos de alto prestígio social, e altamente concorridos, a situação torna-se ainda mais gritante. Segundo Jaqueline Ventura (apud CARVALHO & WALTENBERG, 2011) em estudo sobre ações afirmativas na Universidade Federal Fluminense (UFF), apenas dez alunos provenientes de escolas públicas foram aprovados para Medicina em 2011, o que representa uma vitória em comparação aos anos anteriores. O mesmo aconteceu com os cursos de Odontologia e Direito. Se olharmos para Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais, observamos maior incidência de concluintes advindos do ensino médio público. Pesquisas sobre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) mostram a importância de seu papel para a abertura das portas dos cursos de prestígio para alunos negros e oriundos de escolas públicas no Brasil. Em 2011, enquanto a UFF comemorava a entrada de seus dez alunos de escolas públicas para a Medicina, a Uerj apresentava-se como caso excepcional, com a entrada de 19 alunos de escolas públicas no mesmo ano, também para o curso de Medicina. O Estado do Rio de Janeiro implementou o sistema de cotas em suas universidades pioneiramente em 2003, e desde então vem consolidando e aperfeiçoando a política na Uerj e na Universidade Federal do Norte Fluminense (Uenf).

O objetivo deste trabalho é buscar entender, portanto, como operam as cotas no curso de Medicina da Uerj. Tentaremos responder quem são os alunos beneficiários e suas percepções sobre a política de cotas no contexto por eles vivenciado. Foram analisadas as características socioeconômicas e culturais, bem como as relações dos alunos cotistas, entre outros cotistas e os demais estudantes, professores e a vida universitária. Compõe o objetivo deste artigo compreender também o perfil dos alunos

ingressantes pelas cotas no que diz respeito ao seu desempenho acadêmico comparado ao de outros alunos.

A metodologia do trabalho de pesquisa parte da análise de documentos e de pesquisa de campo. O primeiro material de análise é constituído pelas atas redigidas nas reuniões do Conselho Superior da Uerj (Consun), que tiveram como pauta a introdução das cotas como dispositivo legal no Estado do Rio de Janeiro. O objetivo com esta documentação é avaliar a receptividade da lei pelos diferentes atores presentes nesse conselho, sobretudo aqueles que estavam ali representando a Faculdade de Medicina.

Outro material de análise é o banco de dados estatísticos produzido pela própria Uerj anualmente, o DataUerj. Este material é fonte de informações sobre as situações estudantis de todo o corpo discente da Uerj, e foi através dele que pudemos fazer a primeira leitura quantitativa dos alunos cotistas da Universidade.

O acesso ao campo se deu pela conversa com os professores e coordenadores das disciplinas que autorizaram a nossa presença nas salas de aula e entrevistas com os estudantes dentro da Faculdade. Foram entrevistados dez alunos em diferentes etapas do curso, pois a abordagem a estes alunos ocorreu nos corredores da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) e no Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe). Dos entrevistados, cinco são não cotistas (quatro homens e um mulher), e cinco cotistas, sendo um cotista portador de necessidades especiais, um cotista filho de policial incapacitado em razão do serviço, uma cotista de escola pública e dois cotistas raciais.

### **A medicina na Uerj e as cotas**

A Uerj se destaca pela iniciativa pioneira em relação a política de cotas. O vestibular de 2003 foi a primeira experiência de ação afirmativa em forma de reserva de vagas dentre todas as universidades brasileiras. Nos conselhos universitários durante o período de implementação, além de debater as questões práticas das ocorrências ocasionadas pelo primeiro vestibular com reserva de vagas do país, também propiciou um espaço para o debate ideológico entre os conselheiros. Estes muitas vezes se posicionavam e criticavam não só o processo em andamento na Uerj, mas também a política de maneira geral. Os posicionamentos foram muito variados, sendo marcante a posição do corpo administrativo da Uerj, representado pela reitora e Sub-reitores, favoráveis ao sistema, embora reclamassem pela autonomia e pelo poder de decisão que foram negados à Uerj durante o processo. Os outros

representantes do conselho tiveram opiniões variadas, manifestando seu ponto de vista nos momentos oportunos. O representante discente da Faculdade de Ciências Médicas manifestou sua opinião através de uma carta assinada por vários estudantes de Medicina, que gerou grande polêmica e foi de grande interesse para este estudo, já que era uma importante manifestação das percepções do grupo estudado aqui.

A carta demonstrava grande preocupação dos estudantes em relação a como os novos alunos permaneceriam em um curso de alto custo de manutenção e de horário integral. Além disso, dentre as propostas de reformulação da lei sugeriram uma pontuação mínima para o ingresso, ou seja, que a entrada dos estudantes não obedecesse à porcentagem destinada a eles, mas a critérios baseados em conhecimentos escolares adquiridos, tornando assim as vagas reservadas ainda mais restritas do que as outras. Obviamente, tais propostas não foram levadas em consideração, mas registraram a resistência daqueles estudantes em receber alunos cotistas.

Desde 2003 muitos anos se passaram e as cotas estão consolidadas, tanto para estudantes quanto para professores e setores administrativos. As ações afirmativas na Uerj contam com infraestrutura de apoio estudantil considerada bem sucedida. Portanto, acreditamos que uma análise que privilegie o perfil e o desempenho dos estudantes atendidos pela política é justificável na medida em que permite, sobretudo, uma avaliação do potencial democrático, equalizador e valorizador das diversidades étnicas para o qual se propõe.

Atualmente, são reservadas 45% das vagas por curso/turno na relação de 20% de vagas para estudantes da rede pública, que tenham cursado, integralmente, as séries do segundo segmento do ensino fundamental, e todas as séries do Ensino Médio, em escolas municipais, estaduais e federais localizadas no Estado do Rio de Janeiro; 20% de vagas para estudantes que se autodeclararem negros ou pardos e 5% das vagas para estudantes que integram alguns grupos específicos, como os povos indígenas, os membros de minorias culturais e linguísticas, de grupos menos favorecidos, de povos que vivem em situação de dominação estrangeira, e pessoas portadoras de deficiências, além de filhos ou dependentes de policiais civis e militares, de bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço. Todas as modalidades devem atender à condição de carência socioeconômica definida como

renda per capita mensal bruta igual ou inferior a R\$ 1.017,00<sup>4</sup>.

## **Datauerj**

O DataUerj é um anuário estatístico produzido pelo Núcleo de Informações e Estudos de Conjuntura (Niesc), órgão vinculado à administração central da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ele reúne os dados institucionais mais relevantes da Uerj, que abrange desde informações sobre o espaço físico da universidade, até os dados sobre o corpo discente, passando por ensino, extensão, administração, recursos financeiros e corpo docente. Os dados se apresentam sob a forma de quadros evolutivos com registros referentes ao último ano completo antes do início da execução do referido anuário.

Através dos dados do anuário estatístico DataUerj foi possível comparar cotistas e não cotistas sob o aspecto do desempenho e do perfil socioeconômico no período de 2007 a 2013<sup>5</sup>. O que foi observado é que, mesmo que os cotistas destoem um pouco do restante dos estudantes, do ponto de vista socioeconômico – em função dos critérios de renda exigidos pelo programa da Uerj – pode –se dizer que o desempenho dos mesmos quase se iguala ao desempenho dos alunos não cotistas. Considerando desempenho os dados sobre notas, trancamentos, reprovação, evasão e conclusão, a análise de todos estes itens refuta as possibilidades de que os alunos cotistas de Medicina encontraram maiores dificuldades no decorrer do curso.

Ao comparar os cursos da Uerj em relação às cotas, é possível separar os cursos em três grupos pela ocupação das vagas reservadas, estando os cursos de maior prestígio localizados no grupo de maior ocupação de todos os tipos de vagas. A presença de alunos de escolas públicas é maior do que a presença de negros e portadores de deficiências, inclusive na Medicina, que tem o maior percentual de alunos de escolas particulares.

No curso de Medicina as cotas foram ocupadas em sua totalidade, com presença de cotistas em todas as modalidades. O que foi possível notar é que tanto estudantes negros quanto estudantes de escolas públicas ocupam todas as vagas reservadas. Observou-se também a ocupação das vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais ou filhos de policiais mortos ou incapacitados em serviço, vagas que, na maioria dos cursos,

---

<sup>4</sup> Valor exigido no edital do concurso vestibular de 2013.

<sup>5</sup> Período de realização da pesquisa.

mostrou-se ociosas.

Os dados socioculturais discriminados por tipo de ingresso encontrados no DataUerj traz importantes informações sobre os alunos cotistas e não cotistas da Medicina. Sobre a idade em que os alunos começaram a trabalhar, obtemos dados muito significativos. Em média de 90,9% dos alunos não cotistas nunca trabalhou antes de ingressar na universidade, entre os cotistas, a média foi de 60%.

Outro aspecto significativo diz respeito à declaração da Renda Bruta Familiar em salários mínimos. É visível a função inversa existente entre a quantidade de salários mínimos e a quantidade de cotistas. Ou seja, conforme a renda familiar vai aumentando, menor é o número de cotistas presentes na faixa.

Sobre a escolaridade dos pais dos estudantes, é importante enfatizar a mobilidade social promovida pela política de ação afirmativa. Apesar dos números variarem muito neste item, é visível que os cotistas têm, significativamente, menos pais com ensino superior.

Quando o ponto é o desempenho, o DataUerj mostra que as taxas de reprovação, evasão e trancamento não são, significativamente, mais altas entre os alunos beneficiados pela política e tampouco são capazes de representar um deficit de conclusão ao final do curso. O que se pode compreender dos resultados sobre o desempenho dos alunos cotistas da Medicina da Uerj é um rendimento bastante semelhante ao dos demais alunos, independente do tipo de ingresso.

Ao analisar as notas dos alunos de Medicina na Uerj percebe-se que o desempenho dos alunos cotistas é satisfatório e muito similar aos dos não cotistas. Desde 2007 a nota média daqueles que se valeram da política de reserva é 7,9 pontos. A nota média dos não cotistas é 8,1 pontos.

As taxas anuais de afastamentos definitivos mostram que entre os cotistas ela é significativamente menor. É importante destacar que estes números são sempre muito pequenos, tanto para cotistas como para não cotistas.

Considerando a entrada dos alunos cotistas nos últimos anos, observamos uma equivalência equilibrada com a entrada de não cotistas. Além disso, evasão, trancamento e reprovação destes alunos refutam as possibilidades de que os alunos cotistas encontrem dificuldades no decorrer do curso.

A lei de oferta de 45% de vagas reservadas tem sido cumprida, e



estas vagas sendo ocupadas e concluídas pelo público alvo, o que demonstra boa adaptação ao curso, com notas relativamente altas e aproximadas aos dos demais alunos. As taxas de reprovação, evasão e trancamento não são, significativamente, mais altas entre estes alunos, e tampouco são capazes de representar um déficit de conclusão ao final do curso.

### **O que os alunos da Medicina falam sobre a política de cotas na faculdade?**

Podemos dizer que significativo número de estudantes negros e de baixa renda adentrou espaços antes reservados à parcela predominantemente branca e frequentadora de escolas privadas. No entanto, a entrada destes novos atores no ensino superior não pressupõe uma situação de igualdade entre cotistas e não cotistas após a concorrida entrada de ambos. As políticas multiculturais afetam a ideia que as pessoas têm sobre raça, etnicidade, cultura e igualdade socioeconômica, mas continuam em cena a intolerância às diferenças.

Nas entrevistas aos cotistas do curso de Medicina, percebemos que os alunos se declaram majoritariamente como classe média e os dados mostram que a maioria está, de fato numa faixa de renda que entendemos como tal, exceto por dois casos. Os dois entrevistados negros foram os únicos que se reconheceram como mais pobres, ainda que tenham destacado grande incentivo e investimento financeiro por parte da família. O aluno que não destacou este empenho por parte da família, disse mesmo assim, ter sido sempre um aluno de sucesso nas escolas por onde passou. Os cotistas não relataram situações de pobreza que tenham interferido nas suas expectativas educacionais, e dizem que os gastos com escolarização sempre foram tratados com prioridade pela família.

Outra constante entre os alunos, tanto cotistas, como não cotistas é a formação complementar como cursos de línguas, música, grupos religiosos e principalmente o esporte, praticado por quase todos os entrevistados. A participação em cursos pré-vestibular também foi muito recorrente e tido como fundamental para a aprovação independente do tipo de colégio frequentado na educação básica.

Na análise das entrevistas ficam marcantes algumas características dos alunos pesquisados, como a boa relação com a escola e o mundo dos estudos. Todos os entrevistados relataram que eram bons alunos e nunca tiveram dificuldades, além do papel da família

neste apoio, tanto financeiro quanto emocional.

Sobre as cotas, algumas percepções merecem evidência. Todos os alunos, exceto um, são favoráveis à política de cotas. Entretanto, isso não significa a ausência de fortes críticas, principalmente em relação às modalidades de acesso. A sugestão mais comum é que as cotas deveriam ser baseadas unicamente na renda. Até mesmo as cotas para estudantes de escolas públicas geram questionamentos devido ao fato de as escolas federais serem as principais ocupantes destas vagas. As críticas às cotas raciais, assim como às outras modalidades, são contundentes e os casos considerados fraudulentos são geram grande revolta.

Em relação à convivência entre alunos, parece existir muito respeito para com os cotistas e uma medida significativa de cautela para não criar situações constrangedoras dentro da FCM. Mas quando saem do ambiente escolar, a Uerj é vista como lugar dos cotistas, o que leva seus alunos a serem alvos de piadas com este tema. Porém, não é visto pelos alunos como ofensivo. Dentro da FCM, foram relatadas algumas falas de cunho discriminatório por parte dos professores, e, além disso, consideram que o programa de auxílio-permanência desenvolvido pela universidade é a principal forma de marcar estes alunos e instituir discriminação.

Alguns alunos relataram se há alguma forma de agrupamentos de cotistas e não cotistas, não é pelo fato de serem cotistas ou não, mas sim por uma questão de "identidade cultural". Segundo estes estudantes o que ocorre é uma associação por pertencimento social embora nenhum aluno tenha se identificado de fato com a necessidade das cotas para sua ascensão educacional. Na fala de nossos entrevistados, fica claramente exposta uma segurança de que entrariam para a universidade mesmo sem as cotas.

### **Ensino superior no Brasil, posições subordinadas e credencialismo**

As mudanças ocorridas no ensino superior brasileiro na década de 2000 culminaram numa significativa ampliação da procura por este nível educacional. Isto se deu por alguns fatores relacionados às tendências da sociedade contemporânea, como a valorização do conhecimento científico, a defesa dos direitos sociais, a aspiração das famílias por mobilidade social através da educação, a necessidade de aquisição de mais competências para enfrentar o mercado de trabalho e, principalmente as políticas de acesso que tornaram mais factível a entrada no ensino superior para jovens antes muito distantes desta realidade reservada historicamente para membros da elite.

Existe a crença de que há grandes benefícios sociais e econômicos resultantes da obtenção de um diploma de nível superior, corroborado nos grandes diferenciais de renda que existem no Brasil entre os detentores de diploma e o restante da população. Este diferencial de renda é ainda mais significativo porque está associado a certa mobilidade social experimentada pelos estudantes que inauguram a obtenção de diplomas de curso superior em suas famílias. Uma evidência disto seria que os diferenciais de renda proporcionados pela educação nos países em desenvolvimento, como o Brasil, são muito maiores do que os encontrados nos países mais desenvolvidos (SCHWARTZMAN, 2000). O que explica esta diferença nos países em desenvolvimento seria a relativa escassez de educação superior e a possibilidade que as pessoas mais educadas encontram de garantir rendas mais altas que decorrem, sobretudo, da posição social que ocupam ou que conseguem atingir. E se a renda decorre de um privilégio social, os que já ocupam posições de privilégio e não querem abri-las para os demais tratam de criar mecanismos para restringir o acesso às suas posições, através de diferentes mecanismos de controle de mercado.

O mito da democracia racial é, sem dúvida, o símbolo integrador mais poderoso criado para desmobilizar os negros e legitimar as desigualdades raciais vigentes desde o fim do escravismo. Esta é a ideologia por trás de fatos como o de negros ingressos na faculdade de Medicina da Uerj pelas cotas raciais afirmarem não concordar com tais cotas, ainda que tenham entrado por este meio no curso. Textos de Jessé Souza (2000) mostraram que determinados grupos de pessoas colaboram com a própria dominação na medida em que a boa interpretação do papel de subordinado pode lhes render melhores posições na hierarquia. Carlos Hasenbalg (2005) nos lembra que este pensamento cumpre um papel ideológico de aceitação da mobilidade como esforço puramente individual, sendo alcançado unicamente pela vontade de vencer e pela virtude do ator. Este acaba sendo um modo de legitimar as desigualdades e o poder dos que já se encontram em situação de vantagem. Enquanto isso, o acesso das camadas desfavorecidas a bens é sempre individual e não fruto de demandas políticas de determinado grupo, e conseqüentemente, o abandono de setores mais prejudicados tende a ser percebido como fracasso individual.

Quando os alunos da faculdade de Medicina foram entrevistados, chamou atenção a dificuldade que demonstraram em se identificar com a condição de cotistas. A mesma dificuldade foi observada em verem tal acesso como uma conquista de classe.

Ao se referirem às suas oportunidades de atingir o curso superior, as cotas não são destacadas como substanciais, mas como catalizadoras de uma realidade já garantida. Estigma ou preconceito não foram relatados como problemas para estes estudantes no universo da faculdade de Medicina. Mesmo nas situações em que ocorreram discussões sobre o tema, posicionamentos hostis e piadas, tais oposições não eram diretamente assumidas porque os alunos se apoiam na convicção de que não precisariam das cotas, embora tenham feito uso delas, e muitas vezes compartilhavam das críticas.

Randall Collins (1989), afirma que a educação não é a base das destrezas técnicas, mas serve para mobilizar as oportunidades de praticar determinadas formas de trabalho e assim restringir o acesso à verdadeira aquisição de uma aprendizagem diretamente no posto de trabalho. Para o sociólogo, a educação é o mecanismo fundamental para a diferenciação entre grupos, que permite o acesso aos melhores empregos somente aos anteriormente premiados. Ou seja, quem tinha uma posição determinada ascendia a uma porção determinada da riqueza. A sociedade do século XX possuía as credenciais educativas como se fosse um título de nobreza cuja função era obter um trabalho blindado, ou seja, transformando uma posição privilegiada em outra.

É interessante notar que a posição contrária em relação às cotas por parte dos alunos cotistas remete diretamente à teoria credencialista de Collins (1989). Estes alunos não valorizam as cotas porque o alcance da sua credencial corre o risco de ser diminuído pelo fato do uso das cotas. As cotas, normalmente, são vistas como um acesso facilitado a determinado patamar, e o aluno de Medicina teme que sua conquista seja vista na forma de uma “credencial ajudada”. Para não correr este risco, ele muda de lado e passa a condenar as cotas.

Na sociedade moderna, as oposições deixam de se localizar nos binômios senhor/escravo ou coronel/dependente, para assumirem formas impessoais como doutor/analfabeto, qualificado/desqualificado, bairro/favela, etc. O que muda em relação ao modelo tradicional é que independente de um vínculo de subordinação construído a partir de situação particular, o vínculo de dominação passa a ser impessoal por se referir a valores inscritos dentro da lógica de funcionamento das instituições fundamentais do mundo moderno. A posse ou não de valores europeus individualistas legitimou a dominação social de um estrato sobre o outro, justificou os privilégios de um sobre o outro, calou a consciência de justiça e permitiu a naturalização da

desigualdade como a percebemos e a vivenciamos hoje (SOUZA, 2000, p. 168).

### **Consideração final**

O objetivo deste trabalho foi desvendar quem são os alunos beneficiários das ações afirmativas no curso de Medicina da Uerj, e suas percepções sobre a política de cotas no contexto por eles vivenciado. Foram analisadas as características socioeconômicas e culturais, bem como as relações dos alunos cotistas, entre os cotistas e os demais estudantes, professores e a vida universitária. A análise esteve focada no curso de Medicina da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde se pretendeu compreender que tipo e que medida de heterogeneidade foram provocados pela política de cotas neste curso e compreender também o perfil dos alunos ingressantes pelas cotas e seu desempenho acadêmico comparado com o dos outros alunos.

Em relação a Uerj e sua relação com a política de cotas, foi possível observar que ela se destaca pela iniciativa pioneira neste setor. Os conselhos universitários durante o período de implementação, representou um espaço para o debate ideológico entre os conselheiros e deixou evidente a opinião dos representante da FCM que manifestaram a posição através de uma carta assinada por vários estudantes de Medicina.

A análise do Anuário Estatístico DataUerj nos permitiu observar que, do ponto de vista socioeconômico, os cotistas destoam um pouco dos outros estudantes de Medicina. Ainda assim o desempenho dos mesmos quase se iguala ao desempenho dos alunos que não se valeram das cotas. Lembrando que desempenho leva em consideração, além de nota, trancamentos, reprovação, evasão e conclusão. A análise de todos estes itens refuta as possibilidades de que os alunos cotistas de Medicina encontrem maiores dificuldades.

Quando os alunos da faculdade de Medicina foram entrevistados, chamou atenção a dificuldade que demonstraram em se identificar com a condição de cotistas. A mesma dificuldade foi observada em verem tal acesso como uma conquista de classe. Ao se referirem às suas oportunidades de atingir o curso superior, as cotas não são destacadas como substanciais, mas como catalizadoras de uma realidade já garantida. Estigma ou preconceito não foram relatados como problemas para estes estudantes no universo da faculdade de Medicina. Mesmo nas situações em que ocorreram discussões sobre o tema,

posicionamentos hostis e piadas, tais oposições não eram diretamente assumidas porque os alunos pareciam se apoiar na convicção de que não precisariam das cotas, embora tenham feito uso delas, e muitas vezes compartilhavam das críticas.

Os conceitos trazidos para este debate buscaram organizar o entendimento sobre a dificuldade de aceitação de políticas que elevam as classes desfavorecidas dos espaços subordinados para os espaços de direitos, sobretudo porque os próprios ocupantes destes espaços subordinados compactuam com esta ideologia, fortalecendo conceitos como os de meritocracia e credencialismo.

## Referências

CARVALHO, Márcia de; WALTENBERG, Fábio D. **Cotas aumentam a diversidade dos estudantes sem comprometer o desempenho?** Texto para discussão 73. Niterói: CEDE/UFF, 2013.

COLLINS, Randall. **La sociedad credencialista: sociología histórica de la educación y de la estratificación.** Trad. Ricardo Lezcano. Madrid: Akal, 1989.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** 2 ed. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa: História e debates no Brasil.** Cadernos de pesquisa, São Paulo, n. 117, nov. 2002.

MONT'ALVÃO, Arnaldo. **Estratificação Educacional no Brasil do Século XXI.** Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, n. 2, 2011.

MORAES SILVA, Graziella. **Ações Afirmativas no Brasil e na África do Sul.** Tempo Social, São Paulo, v. 18, p. 131-165, 2006.

NASCIMENTO, Tarcísio. **As ações afirmativas na câmara federal: uma análise das orientações políticas que as norteiam.** 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

NIESC. **DataUerj.** Anuário estatístico. Base de dados 2007. 2008.

NIESC. **DataUerj.** Anuário estatístico. Base de dados 2008. 2009.

NIESC. **DataUerj.** Anuário estatístico. Base de dados 2009. 2010.

NIESC. **DataUerj.** Anuário estatístico. Base de dados 2010. 2011.

NIESC. **DataUerj.** Anuário estatístico. Base de dados 2011. 2012.

NIESC. **DataUerj.** Anuário estatístico. Base de dados 2012. 2013.

SCHARTZAMAN, Simon. **A Revolução Silenciosa do Ensino Superior: Seminário sobre "o sistema de ensino superior Brasileiro em Transformação".** In: DURHAM, Eunice Ribeiro; SAMPAIO, Helena. O Ensino Superior em Transformação. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (NUPES/USP), 2000.

SOUZA, Jessé. **A Modernização Seletiva: Uma reinterpretação do dilema brasileiro.** Brasília: UNB, 2000.

UERJ. **Avaliação qualitativa dos dados sobre desempenho acadêmico.** Relatório, 2011.